



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA  
O PRIMEIRO-MINISTRO  
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,  
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DO  
PLANO DE AÇÃO NACIONAL DA CRIANÇA**

Palácio Presidente Nicolau Lobato, Bairro Pité, Díli  
1 de junho de 2017

Excelências

Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste e esposa

Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação

Membros do Parlamento Nacional, Colegas membros do Governo

Senhora Comissária para os Direitos da Criança

Membros do Corpo Diplomático, Representante da UNICEF

Representantes da Sociedade Civil e das Organizações Não-Governamentais

Senhoras e Senhores

Meninas e Meninos,

Gostaria de começar por dizer que estou particularmente contente pelo dia que hoje se comemora e pelo público a quem me junto nessa celebração, sobretudo pelo convite que me foi dirigido por S. E. o Senhor Presidente da República para participar neste evento tão importante e que acolhe neste local da mais alta relevância. Uma salva de palmas para S. E. o Senhor Presidente da República e a sua esposa que nos recebem a nós, e sobretudo às crianças, para celebrar o seu dia.

Não há nada melhor do que celebrar o Dia Mundial da Criança com elas. Por isso, para as crianças do mundo inteiro, em especial para as nossas meninas e para os nossos meninos, uma salva de palmas!

Hoje é um dia especial, é o vosso dia. O dia em que o mundo festeja em vossa honra, uma homenagem que todos prestamos às crianças que são, muitas vezes, uma fonte de inspiração para nós adultos. E que além de serem uma inspiração, são também esperança e futuro. Esperança no nosso futuro, no futuro do país, do povo, no futuro da Humanidade.

E por isso, é nosso dever, como Estado e como cidadãos, reconhecer os seus direitos, respeitá-los e protegê-los e promover a sua dignidade e o seu crescimento num ambiente saudável para que possam atingir o auge da sua potencialidade.

A Convenção dos Direitos da Criança foi adotada pelas Nações Unidas em 1989. Timor-Leste viu restaurada a sua independência em 2002 e no ano seguinte, o Governo aprovou esta Convenção, que é um documento universal e no qual estão contemplados os direitos das crianças.

Dez anos depois, em 2013, Timor-Leste submetia à Comissão dos Direitos da Criança das Nações Unidas os nossos 2º e 3º relatórios sobre a implementação desta Convenção, da qual recebemos a recomendação para desenvolver um Plano de Ação Nacional da Criança.

E temos vindo a adotar e a implementar um conjunto de instrumentos jurídicos que vêm melhorar e fortalecer a proteção dos Direitos da Criança que dão forma à Convenção.

Já no VI Governo, por ocasião da 70ª Sessão do Comité dos Direitos da Criança, tivemos oportunidade de referir que estávamos a trabalhar – sob a liderança da Comissão Nacional dos Direitos da Criança, e em conjunto com organizações não-governamentais, a sociedade civil, organizações religiosas e com o apoio da UNICEF – para desenvolver o nosso Plano de Ação Nacional para as Crianças.

E se no início do mandato anunciámos que estávamos a trabalhar neste Plano, hoje estamos aqui para fazer o seu lançamento!

Isto constitui um resultado alcançado e, tão ou mais significativo, é o reflexo do quão importante a garantia e a promoção dos Direitos da Criança é para o nosso Estado, e que se manifesta na política definida nos nossos documentos estratégicos, quer o Plano Estratégico de Desenvolvimento quer o Programa do VI Governo.

O Plano de Ação Nacional da Criança 2016-2020 reflete a vontade do Governo de Timor-Leste em construir um ambiente que venha trazer mais respeito, proteção e cumprimento dos direitos das meninas e dos meninos no nosso país, em particular àquelas que vivem em situações menos favoráveis e em zonas mais remotas e rurais.

A aprovação da execução do Plano, em sede de Conselho de Ministros no início deste ano, demonstra o nosso compromisso em assegurar que todas as crianças se desenvolvem num ambiente saudável, que têm acesso à escola e a uma educação de qualidade, que gozam dos seus direitos à saúde, a uma alimentação correta e se sentem protegidas nos seus direitos. Estando, ao mesmo tempo, a contribuir para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 5, 8, 11 e 16.

Aliás, este é o resultado de um esforço coletivo de todos os órgãos governamentais relevantes e que, durante os cinco anos de implementação, se comprometem a dar especial atenção aos assuntos relacionados com a proteção das crianças, à saúde e nutrição das nossas crianças e dos nossos jovens, à educação pré-escolar e ensino básico e à participação das crianças e da juventude.

Por isso, e para o sucesso da implementação deste Plano, devemos incluir no processo de orçamentação dos setores relevantes a perspectiva dos direitos da criança; devemos também dar prioridade à representação das crianças no planeamento de cada órgão governamental e à execução do Plano na alocação de verbas; assegurar que temos os recursos humanos suficientes e adequados para as questões das crianças nos vários ministérios e, também, apoiar a função de um ponto focal para a coordenação e monitorização da execução do Plano de Ação Nacional da Criança 2016-2020.

S. E. Senhor Presidente da República  
Senhoras e Senhores  
Meninas e meninos

O dia em que celebramos o Dia Mundial da Criança é também o dia mais apropriado para o lançamento do nosso Plano de Ação Nacional da Criança, dando ênfase àquele que é o tema nacional deste ano: “Investir no futuro das crianças; reforçar o compromisso político da implementação do Plano de Ação Nacional da Criança” (“Investe ba labarik nia futur; reforsa kompromisu politiku ba implementasaun Planu Asaun Nasional ba Labarik”).

Por isso gostaria de deixar a todos uma mensagem, um apelo: que o investimento nas crianças venha de todos, de todos aqueles que têm responsabilidade de contribuir para que as crianças vivam num bom e saudável ambiente familiar e comunitário, que gozem do direito à identidade, saúde, nutrição e educação, repudiando todos e quaisquer atos de violência, de abuso e de discriminação, para que possam gozar do seu pleno direito à participação e livre expressão na sociedade.

E quando digo “todos” não há lugar a exceções. Independentemente de sermos mulheres ou homens, pais ou não, do cargo que ocupamos ou da idade que temos, todos temos responsabilidade na implementação deste Plano, todos temos de investir nas crianças, todos temos de investir no futuro!

Antes de terminar, gostaria de desafiar as nossas crianças, e todos os que aqui estão presentes, a dizer comigo e a uma só voz: Ida ba hotu-hotu, hotu-hotu ba ida!

Agora sim, termino a minha intervenção como a comecei: uma salva de palmas para todas as crianças e parabéns a todos!

Dr. Rui Maria de Araújo  
1 de junho de 2017